

Até o PDS obstrui regimento

Votação nominal dos pedidos de destaque é a nova ameaça



Amaral Netto: "Temos como obstruir por 30 dias"

Pedessista diz que Congresso deve funcionar

O PDS anunciou ontem que 32 dos seus 37 parlamentares — cinco senadores e 32 deputados — estão favoráveis ao funcionamento da Câmara e do Senado durante o período da Assembleia Constituinte e votarão neste sentido durante a apreciação do Regimento Interno, que prevê o recesso branco das duas Casas.

Negam os pedessistas que o partido esteja atuando em comum acordo com o PFL ou com o PMDB. A posição do PDS continua sendo, como acentua o líder Amaral Netto (RJ), de oposição veemente ao governo, o que não significa uma oposição ao regime.

"Se minha atuação agrada ao presidente Sarney, melhor para ele e pior para mim. Sou contra a atuação do Presidente da República, mas não quero tirar o mandato de ninguém" — comentou Amaral.

DEMAGOGIA

Lamenta o líder do PDS que alguns "companheiros" de bancada estejam procurando adotar uma "linha populista, ficando do lado da esquerda, quando na Constituinte não pode haver esse comportamento demagógico". A elaboração da Constituição deve estar livre desse comportamento e da interferência do governo, que não se justifica.

Chiarelli: Senado terá sessão

Porto Alegre — Ironizando, ao lembrar que Ulysses Guimarães "ainda não é o presidente do Senado", o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, considerou "estranha" a atitude do presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara de tentar convencer os senadores de seu partido a rejeitarem a proposta de votação de um regimento interno para aquela Casa. "O Senado funcionará dentro de suas atribuições legais, respeitando a prioridade da Constituinte", assegurou Chiarelli. Ele afirmou estar "seguro" da aprovação do esboço de regimento acertado na sexta-feira entre os líderes dos partidos com representação no Senado e o presiden-

te Humberto Lucena. Por esse acordo, lembrou Chiarelli, as sessões do Senado ocorrerão em horários não coincidentes com as sessões da Constituinte. "tantas vezes quantas forem necessárias". Da mesma forma, as comissões técnicas do Senado funcionarão em plenário, "deixando livres as suas salas para o trabalho das comissões da Constituinte". Para o líder do PFL, o funcionamento do Senado é necessário, pois "existem cerca de 270 mensagens, projetos de lei e decretos-leis do Executivo carecendo de apreciação dos senadores". Garantiu, porém, que este ano não haverá nenhum projeto de Iniciativa dos parlamentares.

O PDS está disposto a solicitar votação nominal de todos os pedidos de destaque — cerca de 120 — apresentados ao Regimento Interno, o que retardará sua aprovação no mínimo em 20 dias. O PDS considera o Regimento, elaborado pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), autoritário e cerceador da liberdade dos constituintes.

A Comissão de Sistematização, nos termos da proposta de Fernando Henrique, será, para os pedessistas, a grande comissão defendida antes pelo presidente Ulysses Guimarães (PMDB-SP). "Eles querem mesmo separar os constituintes em diversas categorias" — observou o líder do PDS, deputado Amaral Neto (RJ).

FALHAS

Não aceitam os pedessistas que os temas polêmicos da Constituição sejam submetidos a plebiscito à proporção em que forem sendo votados. Isso será, no entender deles, "uma brincadeira" e retirará todo o poder constituinte dos deputados e senadores, que receberam esse mandato nas últimas eleições.

Para Lourenço, acordo vai sair

"Caminhamos serenamente para o entendimento. Isto só depende, agora, da boa vontade de ambas as partes". Tranquilo e descontraído, o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, definiu o nível de negociações atingido entre o Partido da Frente Liberal e o PMDB durante o carnaval. Ele admitiu, no entanto, que os dois lados "devem se despir de posturas inflexíveis" e afirmou não abrir mão do funcionamento da Câmara pelo menos em duas sessões semanais a serem acertadas em conjunto com todos os partidos.

Um dos raros constituintes presentes ao Congresso Nacional na tarde da quarta-feira de cinzas, José Lourenço recebeu todos os jornalistas que procuraram a liderança do PFL, para falar do grau de entendimento com o PMDB. Não faltou ao seu gabinete, também, o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto que pretende levar a plenário a sugestão de "pedido de verificação de votos para cada destaque do Regimento Interno da Constituinte". Para o líder do PFL, se esta proposta for acatada, a votação se estenderá "pelos próximos 90 dias".

O Regimento Interno deve estar pronto na próxima semana, segundo previsões de José Lourenço. O que precisa ser discutido amplamente, ainda, é a questão que tomou conta das reuniões do PMDB e do PFL durante o carnaval, que diz respeito ao funcionamento da Câmara e do Senado paralelamente aos trabalhos da Constituinte.

— Não defendemos o trabalho normal da Câmara. O PFL reconhece o privilégio da Constituinte, que é

"Dizer que o plebiscito é fundamental para que a Constituição tenha o apoio do povo não me convence. No Chile, por exemplo, Pinochet teve, em plebiscito, 96%. Aláís, só perdeu para o presidente Sarney, que alcançou 97%" — comentou o líder pedessista.

"Uma paliçada" é como Amaral classifica o item permitindo a apresentação de emendas com assinaturas de 30 mil pessoas. "A esquerda quer usar isso como massa de manobra. Um deputado comunista, que todos julgam muito sério, disse-me que esta seria a maneira de desentupir as galerias porque os eleitores pensariam que realmente estariam participando da Constituinte".

O PDS está resolvido a apresentar qualquer emenda à Constituição que lhe for encaminhada por entidades de classes ou pessoas a fim de propiciar seu exame. Na justificativa, será dado o nome do autor da proposição.

CONTROLE

O Regimento está cheio de artimanhas, na opinião do líder do PDS. Derrotado

na tentativa de criar uma grande comissão, o PMDB ressuscita a ideia com a Comissão de Sistematização, que poderá transformar as proposições das outras comissões em compatibilizáveis em projeto único. Após a primeira discussão, as propostas retornam somente à Comissão de Sistematização.

"Na realidade — observa — o que fizeram mesmo foi dividir os constituintes em várias categorias. Os de 1º serão os da Comissão de Sistematização. Os outros se dividirão nas diversas escalas".

O PDS também repudia o acordo do PFL com o PMDB para ficar com todos os cargos de presidente e relator das comissões. Tendo 7% dos constituintes, o PDS se julga com o direito de ter no mínimo dois desses postos.

"Nós — frisa Amaral Netto — não aceitamos esse esmagamento da maioria e, por isso, vamos dispostos a pedir verificação nominal de todos os destaques. O Regimento não será aprovado antes de 20 dias, com o que esperamos chamar a atenção de todos para seu autoritarismo".

deputados. Por que então não estabelecer duas sessões semanais da Câmara para estas resoluções? coloca José Lourenço.

Enquanto acredita no entendimento com o PMDB, ele espera a volta dos constituintes para continuar o debate em torno das várias questões que ainda se constituem em pontos de confronto entre os dois partidos. O PFL propõe a expressão "salvaguardar" no texto do relator Fernando Henrique Cardoso, no artigo referente aos Projetos de Decisões do Regimento Interno. O partido que ainda, em relação à participação dos constituintes nas Comissões, a votação por maioria absoluta (e não por maioria simples) dos membros da Assembleia, "como é no plenário", ressalta José Lourenço.

O líder do PFL afirma também que o artigo que dispõe sobre o "referendum popular" não se justifica. "Se o povo ao ser consultado, não aprovar o texto da nova Carta o PFL exige que a Constituinte seja destituída e outra eleição seja convocada", diz José Lourenço. "Se não fizermos o que o povo gosta, então não representamos esta população", acrescenta.

Ao mesmo tempo, o constituinte diz ser contra a proposta de apresentação de emendas pela representação de 30 mil assinaturas. Para ele, esta medida estaria privilegiando segmentos da sociedade, em detrimento do cidadão. "E aquelas cidades com menos de 30 mil habitantes? Não vão poder se pronunciar", lembra. "O que queremos ao defender esta posição é o exercício da cidadania. Para nós, qualquer cidadão particularmente pode propor emendas", conclui.

PMDB crê no entendimento

Florianópolis (Sul) — O líder do PMDB na Câmara, o catarinense Luis Henrique da Silveira, passou o carnaval nas praias do Balneário Camboriú e ontem viajou para Joinville. Ele disse ao CORREIO BRAZILIENSE acreditar em um novo entendimento entre todos os partidos para a aprovação do regimento da Assembleia Nacional Constituinte e definiu a emenda do deputado pernambucano, Murilo Ferreira Lima, como um "achado".

A emenda do deputado pernambucano permite alterar a Constituição por maioria absoluta e está sendo chamada de divisor de águas desta legislatura. Luis Henrique está confiante que segunda-feira todos os deputados peemedebistas estarão de volta a Brasília para cumprir seus papéis. O líder embarca para a Capital Federal e passará o final de semana aprimorando os entendimentos para a aprovação da emenda do deputado pernambucano.

Pró-Soberania não entende PFL

"Ou eles estão querendo desgastar o PMDB, posando de bons moços, ante a perspectiva da reforma ministerial — e nós rezamos para que seja isto —, ou estão mesmo querendo endurtecer o jogo para obstruir a aprovação do Regimento Interno e, assim, limitar o quanto possível a Assembleia Nacional Constituinte".

O raciocínio é de um dos membros do grupo Pró-Soberania, que dizia ontem não ter entendido ainda o real objetivo do PFL, que depois de ter fechado acordo com o deputado Ulysses Guimarães, voltou atrás e continua a impor dificuldades para o entendimento.

Esse importante membro do Pró-Soberania informou hoje que no último domingo o deputado José Lourenço e o senador Carlos Chiarelli, concordaram em retirar os destaques re-

lativos ao plebiscito e ao funcionamento da Câmara e do Senado, em nome do acordo sobre o parágrafo sétimo do artigo 57 do Regimento Interno.

O acordo, contou o parlamentar, foi fechado utilizando-se a emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima, depois da reunião, às 9h da manhã de domingo passado, na casa de Ulysses Guimarães, com a presença de Antônio Brito, Egício Ferreira Lima, Virgíldio de Sena, Fernando Gasparian, Luiz Henrique, Roberto Rollemberg, Bernardo Cabral.

O texto de parágrafo sétimo, já com a intervenção de José Lourenço, teria ficado assim: "Os projetos de decisão destinam-se a salvaguardar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembleia Nacional Constituinte...", seguindo-se o restante do texto contido no

substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso.

A reunião do Pró-Soberania com Ulysses Guimarães foi realizada já sob os efeitos da conversa do presidente do PMDB com o presidente da República, no dia anterior, sábado, no sítio de São José do Pericumã. Ulysses colocou para os representantes do grupo mais à esquerda de seu partido que "a Constituinte precisa funcionar, para funcionar precisa de regimento, e para ter regimento precisa de acordo".

Um acordo que, afirma esse constituinte, foi fechado no mesmo domingo é agora quebrado pelo partido da Frente Liberal. Prefere acreditar, porém, que se trata apenas de uma estratégia política para desgastar o PMDB, colocando-se em melhor posição diante da reforma ministerial.

Criação de bloco moderado tem o apoio de Aparecido

A formação de um bloco moderado com integrantes do PFL, PTB e parte do PMDB para sustentar o governo no Congresso Nacional foi definida pelo governador José Aparecido como "bastante oportuna". Segundo ele, a partir desse bloco o governo do presidente José Sarney terá amplada a sua superfície de apoio político o que, por outro lado, "corresponderá à certeza de que a reconstrução do poder civil está assegurada" dentro de um

processo de recomposição democrática.

Esse assunto, entretanto, não tem constado das conversas do governador com o presidente Sarney, com quem afirma não ter discutido ainda a reforma ministerial. Aparecido, entretanto, admite que ela ocorrerá, de fato, não fazendo, contudo, qualquer previsão em termos de data de mudanças ou sequer assegurando se estas ocorrerão antes ou depois da posse dos novos governadores no próximo dia 15.

Ao declarar que não é "pomada maravilha que serve para tudo", o governador descartou qualquer possibilidade de ele vir a ser uma das peças do jogo de xadrez da reforma indo ocupar a Casa Civil, em substituição ao atual ministro Marco Maciel, caso este vá para o Senado. Segundo Aparecido, a sua missão está definida e ela consta do governo do Distrito Federal de onde não sairá, continuando a dar a sua colaboração ao governo do presidente Sarney.



Chiarelli condena a ação de Ulysses